

NOTÍCIAS CNTV



Boletim Eletrônico

Confederação Nacional dos Vigilantes - Brasília - DF 23/02/2015 - Edição 1221

Contraf-CUT e CNTV divulgam pesquisa nacional de mortes em assaltos envolvendo bancos nesta terça



DieESE



Pesquisa nacional de mortes em assaltos envolvendo bancos

(2014)

A Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT) e a Confederação Nacional dos Trabalhadores Vigilantes (CNTV) realizam entrevista coletiva à imprensa nesta terça-feira, dia 24, às 14 horas, para divulgar a Pesquisa Nacional de Mortes em Assaltos envolvendo Bancos referente ao ano de 2014.

Trata-se de um levantamento feito semestralmente pelas duas

entidades desde 2011 com base em notícias da imprensa e com apoio técnico do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), apontando os números de mortes por estado, tipos de ocorrências, perfil, gênero e faixa etária das vítimas, além de outras informações.

Os dados serão analisados pelo presidente da Contraf-CUT, Carlos Cordeiro, e pelo presidente da CNTV, José

Boaventura Santos.

A entrevista coletiva ocorrerá na sede da CNTV (SDS, Edifício Venâncio Jr - Loja 9-11 - Térreo, Asa Sul), em Brasília.

Mais informações podem ser obtidas pelos fones:

CNTV - (61) 3321-6143 / 3321-0041

Contraf-CUT - (11) 3107.2767 / 99970-8753.

Fonte: Contraf-CUT

Decisão judicial suspende greve dos vigilantes patrimoniais do RN, mas não vai conseguir parar a luta!



Vigilantes patrimoniais foram às ruas em protesto e denunciaram perseguição à liberdade sindical e direito de greve

A direção do SINDSEGUR comunica que a GREVE dos vigilantes patrimoniais do RN, marcada para iniciar nesta segunda-feira (23), foi suspensa por determinação do Desembargador Federal do Trabalho, Ronaldo Medeiros de Souza, encaminhada em no sábado (21).

A decisão judicial fixa multa diária de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) caso o Sindsegur/RN descumpra a presente decisão. Mais um ato de criminalização contra o movimento sindical que luta em defesa dos trabalhadores. No entanto, a categoria vigilante não vai correr da raia. A GREVE está suspensa, mas a luta não vai parar.

Em resposta a este ataque, os vigilantes patrimoniais de Natal saíram às ruas na manhã desta segunda-feira (23). Os trabalhadores denunciaram a perseguição à liberdade sindical e ao direito de greve com um ato em frente ao Banco do Brasil da Avenida Rio Brando. A atividade durou cerca de quatro horas. De lá, a multidão saiu em passeata até a agência Caixa Econômica Federal da Rua João Pessoa e em seguida até a prefeitura de Natal para cobrar que o prefeito, Carlos Eduardo Nunes Alves, cumpra a promessa de contratação de mais de 160 vigilantes para as escolas municipais da cidade.

O presidente do Sindsegur-

RN, Francisco Benedito (Bené) garantiu que a categoria não vai abrir mão do reajuste salarial de 12% e de R\$15 de vale-alimentação. Amanhã (24), às 9h, a entidade participará de mais uma rodada de negociação com os patrões no Ministério do Trabalho e Emprego e convoca todos os vigilantes patrimoniais para comparecerem à reunião. “A categoria precisa estar unida para lutar pelos seus direitos e mandar aos patrões o recado de que não vamos desistir das nossas reivindicações”, alertou Bené.

Fonte: CNTV com informações do Sindsegur-RN

Vigilância clandestina invade mercado

Presidente do Sindicato dos Vigilantes do Pará atribui o fenômeno ao descaso na fiscalização da PF



O presidente do Sindicato dos Vigilantes, Juber Lopes, diz que PF negligencia fiscalização. Foto: Fernando Araújo/O Liberal

Presidente do Sindicato dos Vigilantes do Pará (Sindivipa), Juber Lopes denuncia a “proliferação” de empresas clandestinas no Estado. “Isso se deve à falta de fiscalização efetiva da Polícia Federal sobre as atividades de segurança privada no Pará”, afirma. Clandestinas são aquelas empresas que se estabelecem no mercado sem a autorização federal. “Nossa estimativa é de uma empresa irregular (clandestina) a cada empresa cadastrada na PF”, diz.

Atualmente, informa Juber, há 44 empresas cadastradas naquela instituição. “Faz tempo que a Polícia Federal não realiza uma fiscalização efetiva no setor. Com isto, a clandestinidade voltou a ganhar terreno”, completa. E, conforme o presidente do sindicato, “isso constitui um risco em cadeia. Para a população, pois os vigilantes não possuem preparo para o exercício da profissão. Para os trabalhadores, pois não pagam os salários da convenção coletiva da categoria, precarizando os empregos. Para os contratantes de serviços desavisados, pois essas empresas são constituídas em nome de ‘laranjas’, passam pouco tempo

no mercado e fecham as portas deixando as rescisões trabalhistas para o tomador dos serviços pagar. E para o Estado, que não recolhe encargos sociais (INSS, FGTS) e nem essas empresas pagam os impostos devidos”.

A Polícia Federal, por meio de sua Coordenação-Geral de Controle de Segurança Privada, expediu portaria estabelecendo os requisitos e o procedimento para o credenciamento de instrutores que atuarão nas empresas especializadas em curso de formação de vigilantes. As normas foram publicadas no Diário Oficial da União do dia 6 deste mês. Juber Lopes diz que essa portaria define critérios, como a comprovação de formação dos candidatos a instrutores nas matérias a serem ministradas aos alunos dos cursos de formação de vigilantes. Sobre o aprimoramento da legislação, diz Juber Lopes: “É importante para a formação dos profissionais vigilantes, que lidam no dia a dia com diversas situações. Cada local de trabalho tem sua peculiaridade. O controle de acesso de pessoas a um hospital, por exemplo, apresenta características muitos

diferentes do controle de acesso aos bancos”. Ele completa: “Quando o trabalhador sai do curso de formação, tem de estar bem preparado para enfrentar as diversas situações e, para isto, precisa ser bem instruído. Considerando que o vigilante possui como instrumento de trabalho uma arma de fogo, então o ‘arrocho’ do Departamento de Polícia Federal na legislação, começando pelos cursos de formação, é, sem dúvida, muito bem-vindo”.

“SUCATEAMENTO”

Mas, afirma, “não basta apenas criar leis, pois elas são fartas nesse país. Mais importante do que criar as leis é fazer com que sejam cumpridas. E o que se observa hoje é o total ‘sucateamento’ da Delegacia de Controle de Segurança Privada (Delesp, da Polícia Federal) no Pará. Há informações de que cursos de formação de vigilantes não cumprem o que determina a lei, inclusive quando se trata da disciplina de armamento e tiro (a lei exige 76 tiros para formação e 40 para reciclagem) e elas aplicam uma quantidade menor”. Há cursos de formação funcionando na capital e no interior. Ainda segundo Juber Lopes, a resposta da Delesp é de que não há efetivo suficiente. “Pasme: só há dois agentes disponíveis para este trabalho e nem veículos para atender a demanda em sua extensa jurisdição (a capital e região metropolitana, a região bragantina e todo o Marajó). Então, a pergunta que fica é: ‘de que adianta arrochar as exigências no papel se não há fiscalização para obrigar o cumprimento da lei?’”

“O barato sai caro”, diz delegado

Os delegados federais Ualame Machado, delegado regional executivo, e Igor Cesar Conti de Almeida, chefe da Delegacia de Controle de Segurança

Privada (Delesp), dizem que o fenômeno de expansão das empresas clandestinas não é um fato exclusivo do Pará. Segundo eles, observa-se tal fenômeno em todo o território brasileiro, por causa do crescimento da violência. Nesse ínterim, afirmam, empresas clandestinas se infiltram na sociedade com o propósito de oferecer um serviço de segurança - em tese, mais vantajoso do ponto de vista econômico para a população. “Todavia, validando o adágio popular que afirma que ‘o barato sai caro’, serviços deficientes e nocivos à população frequentemente se tornam notícias em páginas policiais”, diz o delegado Igor.

O delegado Ualame esclarece que a fiscalização sobre as empresas de segurança clandestina é apenas uma, dentre muitas outras, que a PF gerencia quanto à matéria. “Fiscalizações bancárias e sobre as empresas regulares no ramo e o cadastro de vigilantes também são atribuições que consomem a nossa atenção e logística. Atualmente, a Delesp possui cinco agentes, um escrivão, um delegado e três servidores administrativos lotados. Entretanto, como é realidade em todos os entes públicos, o efetivo ainda é insuficiente para gerenciar a atividade nos 77 municípios que compõem somente a circunscrição da Polícia Federal em Belém. Há, ainda, as comissões de vistorias em nossas delegacias de Marabá, Santarém, Altamira e Redenção, cada uma com, pelo menos, três membros”, afirma Ualame.

Ele acrescenta que há 32.707 vigilantes ativos no Pará. Os dois delegados explicam que toda notícia de irregularidade é protocolada na PF e direcionada aos servidores responsáveis para inclusão no projeto de fiscalização “especialmente estudado para a nossa realidade”. Nesse projeto, explica, a PF busca verificar in loco as informações protocoladas. As atribuições da Delegacia de Controle de Segurança Privada são,

dentre outras: exercer o controle operacional de fiscalização, apurando as infrações verificadas no processo de formação e aperfeiçoamento de vigilantes e no de habilitação e funcionamento de empresas especializadas em serviços de segurança privada; promover a triagem de candidatos selecionados para prestação de serviço de guarda e vigilância bancária; autorizar a abertura de escritório operacional vinculado à filial da empresa que esteja autorizada, na circunscrição da Superintendência; autorizar a mudança de endereço da empresa, no âmbito da circunscrição da Superintendência; instruir o pedido de autorização de funcionamento das empresas executantes de serviços orgânicos de segurança, no âmbito da circunscrição da Superintendência, bem como renovar a sua autorização de funcionamento, por meio de revisão anual; realizar vistorias e aprovar os planos de segurança dos estabelecimentos financeiros; gerenciar a aquisição de material bélico por essas empresas, dentre outras funções.

“Para ser uma ideia do tamanho das atribuições, apenas lembramos que todos os cursos de formação e o cadastro de qualquer vigilante no país é atribuição da Delesp, assim como todas as agências bancárias, empresas de segurança e carros fortes existentes devem e são rotineiramente fiscalizadas pela Polícia Federal, objetivando avaliar o plano de segurança e, aí sim, poder funcionar regularmente”, diz Ualame.

FISCALIZAÇÕES

No ano passado, as equipes da delegacia realizaram 289 fiscalizações na área. “E, nessas incursões, verificamos que a utilização de segurança clandestina, maquiada por nomenclaturas profissionais diversas (agente de portaria, vigia, fiscal de piso, etc), ocupa o primeiro lugar das irregularidades

encontradas”, dizem os delegados. Em reunião realizada no final do ano passado com os advogados do Sindicato dos Vigilantes, ainda segundo os dois delegados, todas as dificuldades já mencionadas foram objeto de “franca conversa” na sede da Delesp. E, nessa oportunidade, foi estabelecido um compromisso de que, “mesmo diante da permanência de obstáculos”, um projeto para o ano de 2015 seria estudado e desenvolvido para minimizar a situação enfrentada. Diante deste compromisso, rotinas e metas foram estabelecidas e já estão em vigor para que a Polícia Federal desempenhe com mais eficiência o seu mister e se mantenha como uma das instituições mais respeitadas pela sociedade.

A primeira ação foi mandar, às casas de shows e boates, entre outras, a relação das empresas cadastradas na PF e que podem ser contratadas legalmente. Em seguida, a PF encaminhou ofício para esses estabelecimentos para saber se usam segurança e pedindo esse contrato, para verificar se, de fato, as empresas são regulares. “Essa é a primeira parte de um plano que a gente traçou. Ou seja, me diz como você usa e de quem você contrata e me mostre o contrato, para ver se a empresa contratada é legal ou não. Essa é a primeira fase. A segunda fase é: aquelas que não comprovarem, serão alvo de fiscalização”, diz Ualame.

O delegado Igor Conti também diz que está em discussão o Estatuto da Segurança Privada. “O tomador de serviço (casa de shows, por exemplo) nem multa sofre por contratar empresa clandestina. Mas, nesse estatuto, estuda-se a possibilidade de criminalizar essa prática. A criminalização é essencial para coibir, e a pena seria de 2 a 4 anos de prisão”, afirma. (D. P.)

Fonte: O Liberal

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz

Jornalista: Pricilla Beine

Projeto gráfico: Anibal Bispo

Diagramação: Joanna Alves



site: www.cntv.org.br

email: cntv@terra.com.br

Fone: (61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior, Térreo, lojas 09-11

CEP: 73300-000 Brasília-DF